coletivo, à punição dos servidores infratores pela autoridade administrativa competente, ao término de processo administrativo disciplinar em que respeitadas as garantias constitucionais e legais empenhadas aos acusados.

É poder-dever do administrador público reprimir os desvios de conduta dos servidores e aplicar-lhes as penalidades previstas em lei quando os atos transgressivos sejam tipificados no estatuto disciplinar do funcionalismo, como é o caso da condenação criminal transitada em julgado por crime cuja natureza ou gravidade evidencie a incompatibilidade para o exercício de cargo público, falta esta gravíssima, passível de demissão.

É direito da Administração Pública, e sobretudo seu dever, expulsar de seus quadros o servidor que incorre em tal ato, comprometendo a dignidade, a moralidade, o bom procedimento, a lealdade e os valores superiores em cujo nome deveria o agente administrativo se pautar.

O Processo Administrativo Disciplinar seguiu todos os trâmites legais, sendo assegurada ao denunciado o contraditório e a ampla defesa, obedecendo assim ao devido processo legal.

O fato em análise a ser apurado, conforme determinação da Portaria instauradora, reside na existência ou não de condenação criminal com trânsito em julgado Agente de Polícia ora processado e se em caso de existência, tal crime caracterizaria ante sua natureza ou gravidade, incompatibilidade para o exercício da função policial.

Após detida análise dos autos, atentando-se especialmente para a folha de nº 21, bem como os depoimentos das provas testemunhais trazidas à baila, verificou-se que o servidor em análise infringiu a atual redação do art.153,XIII, da Lei Complementar 13/94, que dispõe sobre a aplicação da pena de demissão nos casos de condenação criminal transitada em julgado cuja natureza ou gravidade evidencie a incompatibilidade para o exercício de cargo público.

Ressalte-se que o crime cometido com sentença transitada em julgado foi o de furto qualificado, previsto no art. 157, § 1º e 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro, que ante a sua gravidade e seu alto grau de reprovação social, mostra-se totalmente incompatível com o exercício de cargo público.

Nessa linha de entendimento destaca-se as seguintes provas testemunhais carreadas aos autos:

Carlos Augusto Soares de Moura (fls. 265/266) disse:

“Perguntado ao depoente, se este sabe informar, se, dessa condenação, ora citada acima pelo depoente, restou o trânsito em julgado, respondeu que sim, pois ficou sabendo através da Imprensa local”.

O Senhor Naason de Castro Sampaio em seu Auto de Qualificação e de Interrogatório (fls. 377/381) asseverou:

“Perguntado ao interrogado, se, por essa acusação de roubo, narrada por este, acima, é que veio a ser condenado criminalmente com trânsito em julgado, e, em caso positivo, a que pena foi sentenciado, respondeu que sim, trata-se do mesmo caso, e que à época tomou conhecimento da sentença, que foi de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de detenção, tendo recorrida da mesma, ocasião em que perdeu aqui em Teresina, no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, tendo recorrido ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília – DF, vindo a tomar

conhecimento da confirmação da sentença, somente no dia 18 de julho de 2006, e que o seu advogado havia perdido o prazo para recorrer ao supremo tribunal federal, inclusive, acrescenta que quando tomou conhecimento da confirmação de tal sentença, chegou a ser preso, tendo sido recolhido à Colônia Agrícola “Major César Oliveira”, e, não conformado com tal sentença, ingressou com um pedido de revisão criminal, que ora tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, e, que, apesar de se encontrar preso atualmente, lhe foi concedido pelo Juiz de Direito da 1ª vara criminal de Teresina, o direito ao trabalho externo, devendo o beneficiário se recolher apenas ao estabelecimento prisional, aos finais de semana, e que tal benefício foi concedido, por causa do bom comportamento carcerário do interrogado. Que o interrogado faz juntada aos autos, das cópias dos números de telefones a que fez menção no seu depoimento; da cópia autêntica da certidão da existência da revisão criminal; da cópia da decisão concedendo o benefício do serviço externo, ora prestado pelo interrogado, na sua própria repartição de origem, e, ainda, da cópia do salvo conduto do serviço externo”.

Dessa forma, a autoria e a materialidade da infração cometida resta sobejamente caracterizada e fundamentada, tendo sido assegurado ao servidor ora processado no presente processo administrativo, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Ante o exposto, adotando como motivação desta decisão o Relatório da Comissão Processante (fls. 421/440), que a integra, hei por bem considerar culpado o servidor **NAASON DE CASTRO SAMPAIO, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe**, por conduta tipificada no inciso XIII do art.153 da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 25, de 15 de agosto de 2001, pelo que se aplica a pena de **DEMISSÃO**, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis.

Ademais, por infringir tal dispositivo legal, fica o servidor **NAASON DE CASTRO SAMPAIO, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe**, impossibilitado de retornar ao serviço público estadual nos termos do art. 158, parágrafo único, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 25, de 15 de agosto de 2001.

Expeça-se o competente ato punitivo.

Encaminhe-se o presente processo à Secretaria Estadual de Segurança, para os devidos fins, inclusive cientificar o denunciado desta decisão e posteriormente encaminhem-se os autos do processo à Procuradoria Geral do Estado.

Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 25 de março de 2008.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

OF. 495